



FOTO: BRENO LAPROVITERA



Diário Oficial do Estado passa a ser veiculado apenas na Internet

Página 7



Doação de órgãos ganha destaque

Página 3



Conscientização para reduzir acidentes

Página 5



Projetos miram novos hábitos alimentares

Página 8

ARTIGO

A RESPONSABILIDADE DO LEGISLATIVO COM O PLANO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO

Teresa Leitão *

O Plano Estadual de Educação (PEE) está sendo debatido pela sociedade civil e governo e vai se transformar em lei até o próximo dia 24 de junho de 2015. Para tornar-se lei, tem que ser discutido e aprovado pela Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco. O nosso PEE ainda está em debate e, certamente, ao ser votado estará de acordo com as diretrizes do plano nacional e consolidará as possibilidades de construção do Sistema Nacional de Educação.

Mais que uma lei, este plano vai organizar a educação em Pernambuco para os próximos 10 anos. Mais que uma matéria "ordinária" ou "complementar", este plano deve ser visto como um passaporte para o salto de qualidade que a sociedade civil exige e que nosso país necessita. É preciso que cada deputado e cidadão pernambucano se sensibilize e conheça as ideias

principais, as metas principais e os resultados esperados deste plano.

O Fórum Estadual de Educação fez um esforço hercúleo para que as propostas, as visões, as concordâncias e discordâncias pudessem chegar à maior parte das pessoas em Pernambuco. A Comissão de Educação da Alepe vem realizando audiências públicas sobre esse plano desde o ano passado, além de tê-lo denominado como tema de dois seminários de educação do Poder Legislativo.

As metas para os próximos 10 anos são verdadeiros desafios que vão vigorar por vários governos, preferências ideológicas e partidárias, fazendo do PEE uma Política de Estado e buscando ações estruturantes para a educação. Destaco entre as metas algumas questões que nos demonstram o tamanho dos nossos desafios:

Como Pernambuco fará para elevar a taxa de matrículas na educação superior em 50%, assegurando qualidade e vagas na UPE,



JOÃO BITA

quando em nosso Estado a taxa bruta de escolarização superior ainda está em 27%?

Como nosso Estado vai duplicar ou triplicar as vagas na formação continuada, em mestrados e doutorados? Como vai consolidar programas, projetos e ações que objetivem a internacionalização da pesquisa e da pós-graduação?

Como vamos interiorizar, com mais intensidade, as vagas do en-

sino superior e técnico para todas as regiões do Estado, promovendo o desenvolvimento educacional de forma equânime em todo o Estado?

Como vamos garantir que a remuneração dos professores e trabalhadores em educação alcance índices 60% acima dos atuais, visto que em média eles recebem 60% menos que outras profissões de nível superior?

Como erradicar, definitivamente, o analfabetismo, os altos índices de distorção etária nas séries, como oferecer educação para jovens e adultos com qualidade e eficiência?

Levando em consideração que esses pontos acima representam menos da metade das discussões acerca do PEE, podemos constatar que esta não será apenas mais uma lei, pelo contrário, constituirá um conjunto de normas, objetivos, metas e sonhos que, alcançados, serão motivo de celebração da justiça social. Este é o plano dos pernambucanos e das pernambucanas. A responsabilidade dessa Legislatura é imensa e espero que com o acúmulo do debate já em curso, a Casa Joaquim Nabuco possa contribuir, efetivamente, para dotarmos Pernambuco de um Plano Estadual de Educação democrático e emancipador, que possa contribuir com a qualidade social da educação.

* Deputada pelo PT

ACONTECEU NA ALEPE

COLEGIADOS VISITAM USINA PUMATY

A experiência da Cooperativa de Fornecedores de Cana (Agrocan) na Usina Pumaty, no município de Joaquim Nabuco, motivou uma visita conjunta das Comissões de Desenvolvimento Econômico e Turismo e de Agricultura no dia 8 de maio. A comitiva conferiu as instalações da unidade que, após dois anos fechada, se destaca hoje como a segunda de maior rendimento do Estado, faturando mais de R\$ 40 milhões na última safra. A ideia é fomentar esse modelo de negócio com incentivos fiscais, anteciparam os parlamentares.

NOVAS COMISSÕES ESPECIAIS E FRENTES PARLAMENTARES

Em maio, outras três Comissões Especiais e duas Frentes Parlamentares foram instaladas na Assembleia Legislativa de Pernambuco. As Comissões Temporárias funcionam por 90 dias e vão tratar do acompanhamento das obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), das políticas de mobilidade e acessibilidade urbana e das ações de combate ao HIV/Aids, tuberculose e hepatite. Já as frentes abordarão soluções para as questões hídricas estaduais e da segurança pública, com prazo de funcionamento de até dois anos.

VICE-GOVERNADOR COMENTA PPP DA ARENA

A viabilidade da Arena Pernambuco esteve no centro do debate promovido pela Comissão de Desenvolvimento Econômico e Turismo no dia 14 de maio. Responsável pela análise dessa Parceria Público-Privada (PPP), o vice-governador Raul Henry participou do encontro. Entre outros pontos, o gestor explicou que o Governo do Estado negocia o alongamento da dívida de R\$ 90 milhões com o Banco do Nordeste e deve contratar a Fundação Getúlio Vargas para revisar o contrato. Investimentos em mobilidade, parceria com clubes de futebol e estímulo à realização de eventos foram algumas propostas dos deputados para reanimar o estádio.

PARLAMENTARES TOMAM POSSE NO CONSEMA

O Conselho Estadual de Meio Ambiente de Pernambuco (Consema/PE), responsável por discutir políticas públicas e julgar autos de infrações ambientais no Estado, empossou os deputados Zé Maurício (PP) e José Humberto Cavalcanti (PTB) como membros convidados. A cerimônia ocorreu no dia 29 de maio, na Secretaria Estadual de Meio Ambiente, com a presença do gestor da pasta, Sérgio Xavier. Os dois parlamentares também exercem as funções de presidente e vice-presidente da Comissão de Meio Ambiente da Alepe. Outras 48 instituições da sociedade civil e órgãos do Governo Estadual, além de representantes da Justiça e dos Ministérios Públicos, integram o Conselho.

ELEITO VICE-PRESIDENTE DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

Em reunião ordinária, no dia 13 de maio, a Comissão de Educação e Cultura elegeu, por unanimidade, seu novo vice-presidente: o deputado Tony Gel (PMDB). Ele assume a vaga antes ocupada pelo Professor Lupércio (SD), que deixou o colegiado por determinação da bancada do Governo. O parlamentar agradeceu o acolhimento à sua chegada. "Certamente, a nossa convivência vai enriquecer muito a minha visão sobre o tema", salientou.



TRANSPLANTES DE ÓRGÃOS - A IMPORTÂNCIA DE SE DEDICAR UM DIA PARA A CAUSA

Ivanna Castro

A pernambucana Ana Machado, de 52 anos, assusta-se cada vez que seu telefone toca. A expectativa da aposentada é receber uma ligação da central de transplantes a convocando para a cirurgia que ela aguarda há oito anos. Ana tem doença renal policística e precisa de um transplante de rins para voltar a ter uma vida normal. Hoje, ela realiza hemodiálise três vezes por semana e enfrenta diversas restrições. "Posso beber apenas 500 ml de água por dia, estou com dificuldades de andar e com o corpo todo inchado. As pessoas precisam conhecer a rotina de quem aguarda um transplante para entender a complexidade da situação", comentou.

Em apoio à luta de Ana e de todos os outros indivíduos que aguardam na fila por um novo órgão, a Assembleia Legislativa de Pernambuco aprovou a Lei nº 15.432, em dezembro de 2014. A norma, de autoria do presidente da Casa, deputado Guilherme Uchoa (PDT), institui o Dia Estadual do Transplantado e a Semana de Incentivo à Doação de Órgãos. A proposta é que o dia 9 de maio - e a semana em que a data estiver inserida - sejam utilizados para envolver a sociedade em torno do tema. "Esperamos que o povo pernambucano entenda a importância da doação de órgãos. Um único doador pode salvar ou melhorar a vida de até 25 pessoas. Daí a necessidade de estimular a solidariedade para com milhares de pacientes à espera de um órgão", avaliou o presidente.

O envolvimento das pessoas nessa questão é realmente imprescindível. Para a retirada dos órgãos que serão utilizados em transplantes é necessária a confirmação, por três médicos distintos, da morte encefálica do paciente, que também de-

verá ser comprovada por exames especializados. Depois desse processo, profissionais da Central de Notificação, Captação e Distribuição de Órgãos (CNCDO), instituição responsável pela regulação e processo de transplantes em todo o Estado, abordam os familiares do paciente para obterem ou não a autorização para a retirada dos órgãos. No entanto, hoje em Pernambuco, quase 60% destes familiares ainda negam o procedimento, essencial para salvar a vida daqueles que, como Ana Machado, aguardam pela doação.

De acordo com a coordenadora do CNCDO, Noemy Gomes, o desconhecimento do processo, até mesmo pelos profissionais de saúde, compromete o trabalho de captação de doadores. "Muitas pessoas não se sentem preparadas para decidir pela doação no momento do luto e, frequentemente, elas encontram profissionais que não a ajudam a esclarecer suas dúvidas", comentou. Por isso, a gestora comemora iniciativas que coloquem o tema em destaque. "A definição do Dia do Transplantado atrai bastante a atenção dos meios de comunicação, que são fundamentais no processo de sensibilização das pessoas", afirmou.

Trazer o tema ao debate pode ser útil também em outras frentes de trabalho. É o que acredita Maria Alice Maia, coordenadora da Associação Pernambucana de Apoio aos Doentes de Fígado (Apaf). A entidade, surgida em 2002, oferece abrigo e alimentação a pacientes de toda a região Nordeste que, mesmo sem condições financeiras para tal, precisam vir ao Recife para realizar a cirurgia. "A mobilização das pessoas é essencial tanto para a dinâmica de doação de órgãos quanto para a captação de voluntários e contribuintes para os trabalhos da associação", avaliou.



MOISÉS BARBOSA/ARQUIVO ALEPE



RINALDO MARQUES/ARQUIVO ALEPE

Norma criada pela Assembleia Legislativa institui o Dia Estadual do Transplantado e a Semana de Incentivo à Doação de Órgãos, com o objetivo de envolver a sociedade com o tema

REALIDADE DO ESTADO: 280 TRANSPLANTES ATÉ MARÇO

Pernambuco realiza, atualmente, transplantes de coração, córnea, fígado, medula óssea, rim e rim/pâncreas. Os dados mais recentes da CNCDO mostram que 280 transplantes foram realizados no Estado entre 1º de janeiro e 31 de março. Enquanto isso, o balanço do mês de abril feito pela Central revela que há 1.050 pessoas aguardando por um novo rim, 115 na espera por córnea, 83 para fígado, 26 precisando de medula óssea, dez de coração e um paciente na expectativa por um transplante de rim/pâncreas.

Todos os procedimentos são realizados na capital, mas Caruaru é uma opção para quem precisa fazer transplantes de rim e córnea, esse último realizado também em Petrolina. O processo começa com a consulta de um clínico que, ao suspeitar da necessidade de transplante por algum paciente que o procura, aciona o centro de transplantes para que uma equipe especializada avalie o caso. Confirmada a suspeita, é feito um cadastro do paciente em um sistema informatizado do Ministério da Saúde, o qual "organiza" a fila de acordo com a gravidade do caso e as especificações do órgão.

Na outra ponta estão equipes treinadas para fazer a busca por doadores nos hospitais, tão logo seja confirmada a morte encefálica. Para a coordenadora da CNCDO, a questão cultural atrapalha justamente neste momento. "Com a morte encefálica o coração do paciente continua batendo, o que leva muitos familiares a acreditarem que a vida ainda está presente naquele corpo. Isso reforça a necessidade de se dar visibilidade ao tema e informação à população", concluiu.

ARARIPE EM BUSCA DA SUSTENTABILIDADE

REGIÃO QUE PRODUZ 97% DO GESSO DO BRASIL DESCOBRE A ENERGIA DO VENTO COMO UMA NOVA VOCAÇÃO. MAS O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO AINDA PRECISA ENCONTRAR CAMINHOS SUSTENTÁVEIS

Edson Alves Jr.

A descoberta de jazidas de gipsita no Sertão do Araripe, na década de 40, fez da região o principal produtor de gesso em todo Brasil, responsável por 97% da produção. A segunda década do século XXI traz um novo potencial econômico para o local: a instalação de torres eólicas, com a perspectiva de investimentos bilionários na geração de energia. Tanto a nova como a velha vocação do Araripe têm um desafio em comum: não gerar prejuízos sociais e ambientais que revertam o ganho econômico que as atividades produtivas geram.

O polo gesseiro do Araripe se concentra nos municípios de Araripina, Trindade, Ouricuri, Ipubi e Bodocó, e emprega cerca de 53% da população economicamente ativa da região. São 13,9 mil empregos diretos e 69 mil indiretos numa área com 307 mil habitantes, segundo dados do Sindicato da Indústria do Gesso do Estado de Pernambuco (Sindusgesso-PE).

O polo é composto por 42 minas de gipsita, 174 indústrias de calcinação e cerca de 750 indústrias de pré-moldados, que geram em conjunto um faturamento anual de cerca de R\$1,4 bilhões. “Nos últimos 20 anos, crescemos em média de 18% a cada ano”, relata Josival Inojosa, representante do Sindusgesso na Federação das Indústrias de Pernambuco e empresário do setor. Esse crescimento é consequência da expansão que a construção civil teve no Brasil nesse período. Em 1997, o consumo anual de gesso era de 3,5 kg por habitante. Em 2014, esse número chegou a 23,2 kg por habitante.

Essa expansão teve um lado negativo para o equilíbrio ambiental da região. É que a principal fonte de energia para transformar a gipsita em gesso é a madeira, muitas vezes retirada das espécies nativas da região. Com isso, o polo gesseiro torna-se mais um fator no processo de desertificação do Semiárido. Segundo dados levantados em 2011 por Francisco Campello, diretor do Departamento de Combate à Desertificação do Ministério do Meio Ambiente, 73% da energia utilizada no polo gesseiro vem da madeira, e apenas 3% desse produto tem origem certificada, feita com o manejo requisitado pela fiscalização ambiental.

“Esse problema ambiental vem da grande informalidade que ainda existe no setor. É um problema, pois sem fiscalização aqueles que trabalham de maneira adequada perdem competitividade, pois a madeira certificada tem um custo 30% maior”, lamenta Josival Inojosa. Atualmente, a CPRH tem uma Unidade Integrada de Gerenciamento

Ambiental (UIGA) em Araripina, que conta com três fiscais na região. Esse número é reforçado por fiscais do Recife quando são feitas fiscalizações programadas ou licenciamentos de maior porte. “Sabemos que precisamos aumentar a fiscalização, mas ainda não temos previsão para um novo concurso. Enquanto não podemos contratar fiscais novos, começamos a chamar de volta funcionários que estão em outros órgãos”, explicou Simone Souza, diretora-presidente da Agência Estadual de Meio Ambiente (CPRH).

Para Francisco Campello, diretor do Departamento de Combate à Desertificação do Ministério do Meio Ambiente, o manejo correto pode tornar o uso da madeira na caatinga perfeitamente sustentável. “A região do Araripe tem em torno de 3 milhões de hectares que podem atender o polo gesseiro. A demanda exigiria apenas 150 mil hectares sob manejo florestal”, argumenta o diretor.

Independente do melhor manejo florestal da área, o desenvolvimento em infraestrutura e novas tecnologias pode criar alternativas para a matriz energética do Araripe. O Gás Liquefeito de Petróleo (GLP) pode ter um custo mais razoável para a região com a conclusão da Transnordestina, que deverá ligar a região aos portos de Suape, em Pernambuco, e Pecém, no Ceará. No entanto, se for mantida a informalidade, a facilidade logística pode se voltar contra o setor. “Sem uma matriz energética competitiva, a chegada da Transnordestina pode fazer com que as indústrias queiram apenas extrair a gipsita no Araripe e produzir o gesso em locais que tenham fontes de energia mais barata, como o gás natural”, alerta Inojosa.

Outra alternativa é o uso de energia solar. “O grau de aquecimento necessário para calcinar a gipsita não é tão alto, por isso poderíamos usar a energia solar”, explica Josival. O Sindusgesso pretende implantar um projeto piloto de desenvolvimento tecnológico da energia solar com universidades e afirmou uma Parceria Público Privada para financiar o projeto.

ENERGIA EÓLICA - Outra fonte de energia pode se tornar, por si só, uma nova vocação econômica do Araripe. São as torres de energia eólica. A empresa Casa dos Ventos, responsável por 75% da energia eólica produzida no Estado atualmente, é detentora de um parque eólico no Agreste e planeja expandir sua produção para o Araripe. “Temos na parte piauiense da Chapada do Araripe o maior parque eólico do Brasil, com 1700 MW de capacidade. Há interesse em estender esses investimentos para o lado pernambucano do Araripe”, diz Clésio Eloy, diretor-executivo da Casa dos Ventos.

Essa expansão esbarra nas limitações da Lei Estadual nº 11.206/1995. Pela legislação, toda vegetação acima de 750 metros é considerada Área de Proteção Permanente (APP). Supressões vegetais nesses locais têm que ser autorizadas por lei específica e compensadas com a preservação ou recuperação de áreas que também estejam em APPs. E é justamente nas regiões mais altas que reside o potencial eólico de Pernambuco.

As mesmas restrições só são aplicadas no Código Florestal nacional quando a vegetação está acima de 1800 metros. “Não temos conhecimento para dizer se essa limitação legal é boa ou ruim, mas o fato é que Pernambuco perde competitividade por conta dessa limitação. É preciso um debate mais técnico para chegarmos a uma conclusão sobre o tema”, opina Clésio Eloy.

A proteção da lei pernambucana existe para preservar um bioma específico da região – os brejos de altitude –, uma variação da caatinga que surge por conta do clima um pouco mais frio e úmido da Chapada do Araripe. “A exploração dessa área sem levar em consideração os princípios básicos de conservação expõe os solos a processos erosivos”, diz Francisco Campello. O diretor do Ministério do Meio Ambiente, no entanto, acha positiva a ideia de revisar a legislação de proteção ambiental no Estado. “A ciência teve avanços significativos, em especial para fazer manejo florestal sustentável na Caatinga. O processo de desertificação ocorre quando há utilização predatória desse bioma”, argumentou.

A Comissão de Meio Ambiente da Assembleia Legislativa convocou uma audiência pública para discutir o tema. Durante o encontro, o especialista em energia da Universidade Federal de Pernambuco, Heitor Scalabrini, apresentou problemas sociais e ambientais provocados pela instalação de torres eólicas no Brasil e em Pernambuco. O professor defende que os parques eólicos sofram ajustes para diminuir seus impactos sociais e ambientais. “Poderíamos eventualmente fazer torres menores, em locais de menor impacto e suprimindo menos vegetação. Fala-se que isso diminuiria a competitividade, mas não deveríamos reduzir a energia a mera mercadoria”, argumenta o professor.





IMAGEM: FOTOLIA/PETOVARGA

Scalambrini também defende que a relação entre as empresas produtoras de energia e os proprietários dos terrenos onde são instaladas as torres deveria ter mais transparência. “Verificamos casos em que existiam cláusulas abusivas, em que proprietários – que são pequenos produtores rurais - ganham R\$ 500 por mês e têm uma cláusula de rescisão de R\$ 20 milhões”, relatou Scalambrini. “Sou um entusiasta da energia eólica, mas precisamos verificar os erros cometidos na implantação dessa matriz energética, para não repeti-los”, conclui o professor.

O presidente da Comissão de Meio Ambiente, deputado Zé Maurício (PP), acredita que os debates promovidos pela Assembleia “podem ajudar a chegarmos em um denominador comum, em que o progresso econômico conviva com o meio ambiente obedecendo a parâmetros corretos”. “Procuramos ter na Assembleia o debate com a pluralidade necessária para avançar nesse assunto”, observou. Além das audiências públicas já realizadas sobre o tema, a Comissão de Meio Ambiente planeja visitar a região do Araripe no mês de junho.

MAIO AMARELO

VIDAS PERDIDAS PELO CAMINHO

ALEPE MOBILIZA ESFORÇOS PARA CONSCIENTIZAR SOBRE ACIDENTES DE TRÂNSITO

André Zahar

No dia 8 de maio, a universitária Camila Mirele Pires da Silva, 18 anos, morreu após cair do ônibus lotado em que voltava para casa e ser atropelada por outro veículo, no Recife. O acidente ganhou destaque nas capas dos principais jornais e portais de notícias de Pernambuco. Entretanto, as estatísticas mostram não se tratar de um caso isolado. No Brasil, a cada 57 segundos ocorre um acidente e a cada 22 minutos alguém morre no trânsito.

Em Pernambuco, no ano de 2014, a rede de saúde do Estado atendeu 45,9 mil acidentados de transporte terrestre, sendo 34,2 mil motociclistas. Em 2015, o Hospital da Restauração registrou 946 motociclistas acidentados de janeiro a março, mais do que o triplo do primeiro trimestre de 2012 (269).

Para denunciar o problema e coordenar esforços, a Frente Parlamentar de Trânsito e Transporte realizou uma audiência pública no último dia 19 integrada ao movimento Maio Amarelo, iniciativa internacional de conscientização para redução de acidentes de trânsito. Durante o encontro, autoridades e representantes da sociedade civil apresentaram propostas para ser examinadas pelo Legislativo e encaminhadas aos órgãos executivos.

O coordenador da Frente Parlamentar, Eduíno Brito (PHS), ressalta que a regulamentação dos ciclomotores – conhecidos como “cinquentinhas” – e a capacitação do efetivo de segurança pública para atuar em apoio aos agentes de trânsito são importantes para a prevenção e redução da gravidade dos acidentes. “Houve uma explosão na venda de motos. É preciso vontade política para aumentar a fiscalização”, destaca.



RINALDO MARQUES

Estado teve 34,2 mil motociclistas acidentados em 2014

Para o estudante da UFPE Ezequiel de Paula, do Movimento Estudantil pela Mobilidade Urbana, a morte de Camila Mirele indica a importância de melhorar o transporte coletivo. “Perdemos uma colega por causa de um ônibus lotado. Hoje qualquer pessoa, quando pode, prefere se deslocar por outro meio. É preciso investir no transporte público para ter menos carros e motos nas ruas”, diz.

Coordenador-geral do Comitê Estadual de Prevenção aos Acidentes de Moto (Cepam), o médico João Veiga menciona que em Pernambuco há municípios com 40 e outros com 8 mortes por 100 mil habitantes. A diferença entre um e outro, segundo ele, está na fiscalização.

“No Hospital da Restauração, ouvimos os pacientes internados e 30% disseram que estavam embriagados quando se acidentaram, e 70% não tinham carteira de habilitação. Em qualquer lugar do mundo ninguém anda nessas condições. Nenhum país conseguiu reduzir as mortes sem aumentar a fiscalização”, avalia.

RAIO-X

Brasil

980.838 pessoas morreram em acidentes de trânsito no país entre 1980 e 2011. Em 2012 foram 44.812

Fonte: SIM/SVS/MS

Morte de motociclistas cresceu 932,1% de 1996 a 2011, passando de 1.421 para 14.666

Fonte: Mapa da Violência 2013

R\$ 40 bilhões foi o prejuízo causado pelos acidentes em 2011.

Fonte: Mapa da Violência 2013

R\$ 152 mil é o custo médio para atender uma vítima de acidente de moto na rede pública de saúde

Fonte: Ipea

O Nordeste lidera o crescimento no número de mortes no trânsito na década 2001/2011: 83,4%

Fonte: Mapa da Violência 2013

Pernambuco

Recife é a capital do país em que mais se morre no trânsito, com uma taxa de 34,7 mortes por 100 mil habitantes.

Fonte: Observatório Nacional de Segurança Viária/2014

Ingazeira, Primavera, Vertentes, Angelim, Jupi e Lajedo lideram o ranking com as maiores taxas de mortalidade por acidentes de transporte terrestre no Estado.

Fonte: SES/PE

Nos anos de 2012 e 2013, 3.953 pessoas morreram vítimas de acidentes de transporte em Pernambuco, sendo 1.633 apenas motociclistas.

Fonte: SES/PE

De cada 4 acidentadas no trânsito em Pernambuco, 3 estavam em uma moto

Fonte: SES/PE

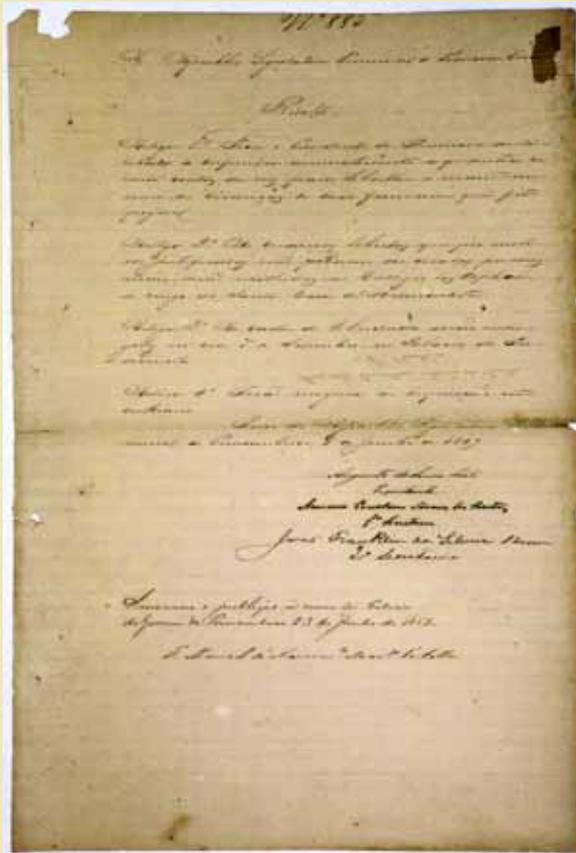
SÉRIE DOCUMENTOS HISTÓRICOS

13 DE MAIO - ABOLIÇÃO DA ESCRAVIDÃO

Em 13 de maio de 1888, assinada a Lei Áurea pela princesa Isabel, efetivava-se em termos jurídicos a extinção da escravidão de africanos e descendentes, que perdurava há três longos séculos. Esta Lei configurou-se como o corolário de uma luta que atravessou as décadas anteriores e envolveu políticos, intelectuais, senhores de terras e escravos, humanistas e os chamados abolicionistas, que combatiam com veemência o sistema escravagista. Manifestações na forma de debates, matérias jornalísticas, poesia, teatro e criação de sociedades emancipadoras multiplicavam-se, com a velocidade que a questão exigia.

Na Assembleia Provincial de Pernambuco, esse tema esteve em pauta, sendo tratado não apenas nas sessões plenárias, mas nas Comissões, que recebiam petições da população solicitando apoio para o movimento: subvenções, publicação de obras, apresentação de espetáculos no Teatro de Santa Isabel e loterias, com rendas destinadas às associações abolicionistas.

Em 5 de julho de 1869, a Assembleia Provincial autorizou o presidente da Província, por meio da Lei Nº885, a liberar vinte contos de reis para "libertar o maior número de crianças do sexo feminino que for possível". As crianças libertas que não pudessem ser criadas por suas mães deveriam ser recolhidas pelo Colégio dos Órfãos, gerido pela Santa Casa de Misericórdia. As cartas de liberdade seriam entregues no dia 07 de setembro daquele ano, no Palácio da Presidência. Em outro documento - um ofício de 04 de junho de 1872-, os deputados provinciais de Pernambuco receberam um agradecimento especial do Visconde do Rio Branco, por congratularem o Governo Imperial pela Lei do Ventre Livre, promulgada em 28 de setembro do ano anterior. O Visconde conclamava a Província de Pernambuco a continuar



lutando pela "reforma do estado servil", que seria extinto no memorável 13 de maio de 1888, marcando o fim da escravidão e, também, o fim Império que estava próximo. Os documentos supracitados podem ser consultados no Arquivo Geral da Alepe.

CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA - Superintendência de Preservação do Patrimônio Histórico do Legislativo. Imagem - Lei Nº885, de 05 de junho de 1869. Mapoteca 01, gaveta 02. Arquivo Geral. Acervo da Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco.

LEGISLATIVO EM FOCO — SÉRIE DE TV

SÉRIE - HOUSE OF CARDS (EUA, 2013)

A complexa relação de interesses que permeia os Poderes Legislativo e Executivo é ilustrada, em cores vivas, na série americana *House of Cards*.

Transmitida pelo Netflix, fez história já na temporada de estreia ao

tornar-se o primeiro programa feito para a internet a ganhar um Emmy, maior premiação da televisão dos Estados Unidos. A trama gira em torno do personagem Frank Underwood (Kevin Spacey), implacável congressista norte-americano que busca vingança ao ser preterido na Secretaria de Estado pelo presidente que ajudou a eleger. Ele conta com o apoio incondicional da esposa Claire (Robin Wright) em elaboradas artimanhas com o objetivo de chegar à Casa Branca. Atualmente em sua terceira temporada, o conteúdo é uma adaptação do romance de Michael Dobbs que já havia se tornado série da BBC nos anos 1990. Intrigas pessoais, influência de lobistas, relação com a mídia e interesses nem sempre republicanos compõem o cenário dos bastidores da política que a série apresenta de modo intenso, cru e instigante. Envolvente até para os menos interessados por política, *House of Cards* possui, entre os fãs declarados, o presidente americano, Barack Obama, e o vice-presidente brasileiro, Michel Temer. Excelente introdução aos trâmites e percalços legislativos.



VOCÊ NA ALEPE

Quem é? Elisabeth Araújo - Coordenadora da Ocupação Olga Benário

O que faz na Alepe? Pedir apoio dos deputados para interceder junto ao Governo do Estado e, assim, garantir que a reintegração de posse do terreno ocupado na Avenida Recife, ao lado do TJ, ocorra de forma pacífica. "Seria importante o Governo estar aberto ao diálogo, pois queremos opinar sobre o destino que será dado a este terreno de 45 mil m² que estamos ocupando".



Quem é? Andrea Batista, 40 anos, bibliotecária, mora no Cordeiro

O que fazia nas galerias? "Vim junto com os professores defender a rejeição da lei que aumenta os salários da minoria dos professores do Estado e esquece 90% da classe."



Quem é? Paulo César de Jesus, 53 anos, funcionário público federal, mora em Tamandaré

O que fazia nas galerias? "Estou aqui para apoiar os taxistas do Interior e da Região Metropolitana do Recife, que hoje, por conta de uma interpretação equivocada da lei, são impedidos transportar passageiros de suas cidades até a capital."



NOVOS TEMPOS: DIÁRIO OFICIAL EM PAPEL DÁ LUGAR A VERSÃO DIGITAL

Luciano Galvão Filho

Pouco mais de 300 exemplares do Diário Oficial do Estado de Pernambuco circularam no dia 1º de maio. As modestas três centenas do jornal – ainda mais tímidas se comparadas às 6 mil impressões que um dia o periódico alcançou – foram seus últimos números em papel: daquela data em diante, o veículo onde são publicadas leis, decretos e outros atos da administração estadual somente pode ser lido na Internet, em sua versão digital.

“Não é um retrocesso, mas uma adequação à realidade, um cenário que ultrapassa o contexto de Pernambuco”, acredita o professor do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da UFPE Paulo Cunha. O pesquisador considera normal o processo de migração das informações veiculadas no Diário para o meio eletrônico, capaz de dar visibilidade às informações referentes ao Estado de forma mais econômica.

Estatísticas da Cepe reforçam a tendência assinalada pelo docente. Enquanto a versão impressa circulava com tiragem reduzida, a edição publicada na Web tem, hoje, em média, 80 mil visualizações de página por dia (a empresa não contabiliza os visitantes únicos). Além disso, dos 323 exemplares distribuídos em papel, 280 eram destinados a repartições governamentais, o que indica que a circulação avulsa do material era discreta.

De acordo com o presidente da Companhia Editora, Ricardo Leitão, devido ao pequeno número de exemplares impressos e distribuídos, a mudança não implica redução significativa de custos. Na verdade, segundo o gestor, a publicação exclusiva na Internet requereu investimentos em infraestrutura de tecnologia e em segurança da informação, proporcionais à economia com o fim da produção na gráfica. “A migração é uma adaptação aos novos tempos, e torna o acesso universal e gratuito”, analisa.

Além do conteúdo administrativo, notícias institucionais ocupam as capas o Diário Oficial. Há alguns anos, o conteúdo das matérias sofreu críticas na imprensa por supostamente fazer promoção pessoal de gestores públicos. “O fim da impressão representa uma perda para pessoas que se viam retratadas no jornal, mas o Governo tem outras estruturas de comunicação para compensar esse prejuízo”, observa o pesquisador Paulo Cunha.

A mudança acontece no ano em que a Imprensa Oficial comemora 100 anos. Um pequeno número de exemplares continua a ser impresso e arquivado na Cepe, apenas como forma de garantir as informações do Estado em qualquer circunstância. As poucas assinaturas que existiam da versão em papel não representarão grandes perdas financeiras para a Companhia, que tem como principal fonte de recursos a publicação de materiais obrigatórios pagos pelo Estado e por empresas privadas. A editora remanejou profissionais da gráfica para outros setores, e leiloará a impressora de 28 toneladas onde era rodado o jornal.

FOTOS: BRENO LAPROVITERA



As máquinas da Companhia Editora de Pernambuco (Cepe) rodaram os últimos exemplares impressos do Diário Oficial de Pernambuco no dia 30 de abril



28

toneladas pesa a impressora que produzia o *Diário* em papel

323

exemplares foi a tiragem da última edição impressa

6 mil

jornais chegaram a circular no auge da publicação

80 mil

visualizações de página é a média diária da versão digital

1936

é o ano da edição mais antiga disponível no *site* da Cepe

1996

foi o ano em que o *Diário* passou a ser publicado na Internet

ATIVIDADE PARLAMENTAR

COMO ESTÁ A SUA ALIMENTAÇÃO?

CINCO PROJETOS DE LEI SOBRE HÁBITOS ALIMENTARES SAUDÁVEIS ESTÃO EM TRAMITAÇÃO NA CASA JOAQUIM NABUCO

Gabriela Bezerra

O cuidado com a saúde tem levado cada vez mais pessoas à leitura atenta dos rótulos e à busca por orientação profissional. Nesse contexto, sal, açúcar e gordura foram enquadrados como vilões. A presença de agrotóxicos nos alimentos também preocupa. Não raro, os supermercados destinam seções específicas aos consumidores mais cuidadosos com a alimentação, e o poder público tem tentado ajudá-los na hora das compras. Em apenas quatro meses desta 18ª Legislatura, já tramitam na Assembleia cinco projetos de lei que versam sobre hábitos alimentares.

De autoria do deputado Pastor Cleiton Collins (PP), o PL nº 1869/2014 torna obrigatória a contratação de nutricionista como responsável técnico pelo cardápio e refeições oferecidas em restaurantes e lanchonetes.



Cardápios devem conter alerta sobre alta concentração de sódio

“A medida está em consonância com as medidas internacionais mais recentes que pretendem controlar a ingestão de comidas demasiadamente calóricas”, detalha o texto do projeto.

Preocupado com o excesso do consumo de sódio, o parlamentar também apresentou o PL nº 2162/2014, que torna obrigatório, nos cardápios, o alerta

“Este produto contém alta concentração de sódio”. A norma se aplicará às refeições que apresentarem concentração acima de 400 mg por 100 ml ou 100 mg de alimento. Em 2013, na tentativa de reduzir o risco de doenças cardíacas e derrames cerebrais, a Organização Mundial de Saúde (OMS) recomendou o consumo moderado de sódio: 2g/dia, o

que corresponde, aproximadamente, a 5g/dia de sal (uma colher de chá).

Baseado no Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), que visa contribuir para a formação de hábitos alimentares saudáveis, o deputado Miguel Coelho (PSB) apresentou o PL nº 115/2015. Ao destacar o caráter antioxidante da bebida, o projeto inclui o suco de uva integral – com propriedades 100% naturais – no cardápio da merenda escolar da Rede Pública Estadual de Ensino.

O consumo de alimentos cultivados com agrotóxicos também tem preocupado. “Além da poluição dos corpos hídricos, o uso indiscriminado e errôneo de pesticidas pode provocar diversos problemas para a saúde, de quem aplica e de quem consome. Até porque muitos são bioacumulativos, ou seja, o organismo absorve, mas demora grande tempo para excretá-los”, explicou Ranilson Bezerra,

professor do Departamento de Bioquímica da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Visando exigir a indicação expressa do uso de defensivos agrícolas nos produtos alimentares comercializados em Pernambuco, o deputado Júlio Cavalcanti (PTB) apresentou o PL nº 116/2015.

Também é de autoria do petebista, o PL nº 152/2015, que torna obrigatória a inclusão de alimentos orgânicos ou de base agroecológica na merenda escolar. “Além de livres de veneno, os alimentos orgânicos conservam mais nutrientes”, afirmou a nutricionista Ana Paula Magalhães, que alerta para a importância a introdução de hábitos saudáveis ainda durante a infância. “Os pais devem ser verdadeiros exemplos nesse processo. Desde muito cedo, é importante ensinar as crianças a comerem comida de verdade. Corantes e açúcares devem ser constantemente evitados”, acrescentou.

ULTRAPROCESSADOS DEVEM FICAR DE FORA DA ROTINA ALIMENTAR

Com objetivo de facilitar o entendimento sobre o que vale a pena ou não ser consumido, o Ministério da Saúde lançou o Guia Alimentar para a População Brasileira, em 2014. O manual classificou os alimentos como in natura, minimamente processados, processados e ultraprocessados. A recomendação para prioridade de consumo, inclusive, respeita essa ordem.

“Os ingredientes principais dos alimentos ultraprocessados fazem com que eles sejam ricos em gorduras e açúcares. É comum que apresentem alto teor de sódio, por conta da adição de grandes quantidades de sal, necessárias para estender a duração dos produtos e intensificar o sabor, ou mesmo para encobrir sabores indesejáveis oriundos de aditivos ou de substâncias geradas pelas técnicas envolvidas no ultraprocessamento”, explica o manual, disponível para *download* no site do ministério.



Guia lançado pelo Ministério da Saúde classifica alimentos como in natura, minimamente processados, processados e ultraprocessados

Assim, o guia ressalta a importância dos alimentos in natura, que são obtidos diretamente de plantas ou animais. Livres de processos de alteração após deixarem a natureza, esses alimentos devem integrar a base da dieta alimentar. Enquanto biscoitos recheados, refrigerantes, salgadinhos industrializados e macarrão instantâneo devem ser evitados.

“Os conservantes presentes nos alimentos ultraprocessados têm elevado nível de sódio, um elemento bastante danoso à saúde, por provocar o aumento da pressão arterial, facilitando casos de infarto e AVC”, alerta Brivaldo Markman Filho, Chefe de Cardiologia do Hospital das Clínicas, da UFPE. Os ultraprocessados também são conside-

rados pobres em fibras, vitaminas, minerais e outras substâncias importantes para o funcionamento do organismo.

Diante de tantas restrições, a pergunta é: “Finalmente, como devo me alimentar?” Ressaltando a importância de fracionar a alimentação em cinco ou seis refeições diárias, a nutricionista Ana Paula Magalhães recomen-

da uma alimentação mais focada em vegetais. “Frutas e verduras devem ser consumidas de cinco a nove porções por dia, investindo sempre em frutos de cores diversas”. A preferência pelo consumo de carnes brancas (frango e peixe) foi a recomendação dada pelo médico Brivaldo, que alerta para o risco de frituras.

